

Pensando a Geografia: Breve Testemunho de 25 Anos de Ensino de Teoria da Geografia no PPGG-UFRJ

Thinking Geography: A Brief Testimony of 25 Years of Teaching Theory of Geography in the PPGG-UFRJ

Paulo Cesar da Costa Gomesⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O artigo apresenta uma reflexão sobre a experiência do magistério da disciplina Teoria da Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. São analisados os principais desafios contidos no exercício do ensino dessa matéria, as mudanças de conteúdo, as transformações na organização do programa e seus resultados, ao longo dos últimos 25 anos. Esta análise está fundamentada na memória do autor, que foi o professor responsável pela disciplina durante esse período.

Palavras-chave: Teoria da Geografia; Ensino; Memória.

Abstract: This article analyzes my experience with teaching the course Theory of Geography in the Graduate Program in Geography of UFRJ. The main challenges involved in this exercise of teaching theory were the changes in content and the transformations in the organization of the program over the last 25 years. This analysis is based on the memory and recollections of the author, who was responsible for lecturing the course during the whole period.

Keywords: Theory of Geography; Teaching; Memory.

A história de um curso de pós-graduação pode ser contada, em grande parte, pela sucessão de disciplinas oferecidas por ele. O tecido pedagógico é um dos melhores testemunhos das intenções que habitam um programa educacional que se propõe a formar quadros profissionais para o exercício de determinadas funções. No caso de um programa de Mestrado e Doutorado em Geografia, o conjunto das disciplinas, seus respectivos objetivos, seus conteúdos programáticos, suas dinâmicas pedagógicas e suas mais centrais referências bibliográficas são os elementos básicos para a compreensão daquilo que, em diferentes momentos, se concebe e se espera de um pesquisador em Geografia. A mudança no tempo desses elementos são, por isso, eloquentes indicadores das transformações nas concepções de como formar um bom pesquisador nessa área. Evidentemente, há outros relevantes marcadores: as pesquisas realizadas, os temas das teses e dissertações, os professores que aí atuam, os permanentes e os convidados, as

ⁱ Professor Titular. pccgomes@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0001-8354-4991>

publicações discentes e docentes, os eventos científicos organizados, entre outros tantos. As disciplinas, todavia, têm uma particularidade. Elas compõem o projeto da formação e, por isso, devem conter uma coerência geral. É isso o que baliza a organização de um curso. Para além das decisões atomizadas de um ou outro participante, o conjunto das disciplinas e suas respectivas características imprimem uma orientação e uma marca a um programa de pós-graduação.

O levantamento das disciplinas já oferecidas no PPGG-UFRJ e a análise e discussão de suas características nesses 50 anos de existência, a despeito do imenso interesse, seria uma tarefa hercúlea e demandaria uma dedicação longa e muito intensa, um esforço que, talvez, ultrapasse a capacidade de iniciativa individual de um pesquisador. Ao ser convidado para escrever um artigo comemorativo desse meio século de existência do PPGG-UFRJ para o número especial da Revista *Espaço Aberto*, cogitei sobre a melhor maneira de contribuir e prestar uma homenagem que tivesse relação com o meu percurso dentro do programa, primeiro como aluno do Mestrado e, depois, como professor permanente do quadro do Mestrado e do Doutorado.

Com tristeza, me dei conta que três personagens que iniciaram essa aventura não estarão presentes na comemoração. Dois já são falecidos, Jorge Xavier da Silva e Bertha K. Becker, e a terceira, Maria do Carmo C. Galvão, em idade avançada, está muito debilitada. Pensei em como seria proveitoso ouvir o relato deles, das ideias que animaram esse projeto, das dificuldades enfrentadas e das bem-sucedidas realizações. Infelizmente, esse balanço terá que ser feito sem eles. Ele não contará também com os comentários de outros importantes colaboradores desses tempos heroicos, como Maurício de Almeida Abreu, Regina Mousinho de Meis e Terezinha de Segadas Soares, todos também falecidos. O lamento dessas ausências, para além das saudades desses formidáveis professores e depois colegas de departamento, se estende para a perda da oportunidade de colher os testemunhos que poderiam prestar. Eles seriam uma rica fonte para compreender os ideais que deram corpo e desenvolvimento ao PPGG-UFRJ nesses primeiros anos, tão importantes de serem revisitados à luz dos que se apresentam hoje.

Foi dessa triste constatação que me veio a ideia de uma contribuição que, embora muito modesta, pode vir a ser útil em algum momento. Fui o professor responsável pela disciplina Teoria da Geografia durante 27 anos dos agora 50 comemorados pelo Programa. Meu ingresso coincidiu inclusive com a implantação do Doutorado. Evidentemente, o exame de apenas uma disciplina não constitui uma base suficientemente sólida para sustentar a análise de todo um programa de pós-graduação. Esse é o motivo da advertência de que seria uma bem modesta contribuição. Entretanto, é judicioso considerar que, no âmbito do PPGG/UFRJ, essa disciplina nunca foi concebida como as outras. Desde o início ela foi apreciada como essencial e, por isso, obrigatória para todos os alunos ingressantes. Anos depois, tornou-se a única a gozar desse estatuto mandatório. Deriva daí outra característica singular relevante, trata-se de uma disciplina que reúne todos os alunos das duas áreas de concentração do programa: Organização e Gestão do Território e Planejamento e Gestão Ambiental. Tendo em vista essas características, é possível dizer que a disciplina funciona como uma espécie de apresentação do programa de pós-graduação, naquilo que ele produz como mais integrador e geral, uma vez que depois os alunos poderão cursar apenas aquelas dirigidas aos interesses particulares de cada pesquisa.

Durante os anos em que planejei e ofereci Teoria da Geografia, sempre estive convencido de que essa era sua principal missão: apresentar o PPGG-UFRJ e criar para ele um selo forte e distintivo. Tenho a convicção de que aqueles que me precederam da mesma maneira assim a encararam e pretendo demonstrar, ao comentar as fases pelas quais passou a disciplina, como essa foi uma preocupação sempre presente.

A organização do Mestrado em Geografia da UFRJ, o segundo a existir no Brasil em 1972, aconteceu em um contexto bastante peculiar. Era uma época em que as orientações metodológicas que haviam constituído os fundamentos da organização institucional da Geografia e sua fonte de prestígio nos anos anteriores, começaram a ser fortemente abalados. A principal acusação foi a de que a Geografia havia se desenvolvido sem um escopo teórico consistente. O trabalho dos professores e pesquisadores se assemelharia ao de um prático, treinado para fazer descrições de áreas. O veredito aceito era de que teria havido um desprezo pelas análises e que as longas e fastidiosas descrições não encontravam justificativa em questões teóricas mais gerais e abrangentes. Um empirismo ingênuo teria se implantado de maneira dominante e paralisado a capacidade de fazer abstrações e criar explicações nesse campo do conhecimento. Esse foi o diagnóstico predominante. Aliás, talvez ele esteja na raiz da vontade de criar uma formação profissional de Pós-Graduação que suplementasse as carências dos profissionais, malformados e pouco afeitos às discussões gerais e teóricas. De qualquer forma, o PPGG/UFRJ abrigava, sem dúvida, em sua origem, as ideias que circulavam em torno da necessidade de superar o empirismo e desenvolver raciocínios explicativos mais amplos. Isso nos é demonstrado claramente pelo fato de que a disciplina Teoria da Geografia, desde os primórdios, foi pensada como fundamental e obrigatória para todos os estudantes. Era o compromisso assumido pelo PPGG com as ideias que circulavam sobre o novo perfil desejado para o pesquisador em Geografia.

A disciplina era oferecida pelos três grandes nomes do departamento naquele momento: Maria do Carmo Galvão, Jorge Xavier da Silva e Bertha K. Becker. Esse triunvirato buscava inspiração nos críticos da “velha Geografia”. Uma das referências básicas do curso foi o livro de David Harvey, *Explanation in Geography* (1969), que argumentava sobre a necessidade de a Geografia proceder à explicação para ascender ao estatuto de ciência. Grande parte da bibliografia e da inspiração para os assuntos da disciplina se originavam daquilo que no Brasil ficou conhecido como Geografia Teorética (*Theoretical Geography*) ou Geografia Quantitativa. A adoção da linguagem matemática e o uso de modelos demonstrava o apreço pelos raciocínios formais e generalizadores. Os autores franceses, que haviam sido pilares fundamentais no ensino e pesquisa em Geografia no Brasil até então, foram completamente substituídos na bibliografia por autores anglo-saxões.

Aos poucos, no entanto, essa avassaladora vaga conhecida como Geografia Quantitativa, Geografia Teorética ou Nova Geografia começou a ser objeto de fortes críticas nos principais centros acadêmicos a partir de meados dos anos 1970. A propalada objetividade dos modelos matemáticos e estatísticos era acusada de ser apenas o veículo de uma alienação das questões sociais. Também o conteúdo sobre o qual se aplicavam essas sofisticadas técnicas foi apontado como conservador, reproduzindo, com novas linguagens, as velhas questões já trabalhadas pela Geografia Clássica. O curso de Mes-

trado da UFRJ, que havia sido um dos pioneiros e mais engajados defensores das novas técnicas e tendências, se viu repentinamente marcado pela insinuação de ser um centro de reacionarismo e alienação. A disciplina de Teoria da Geografia, como principal vitrine do curso, enfrentou muitos problemas. Os alunos contestavam a orientação apresentada pelos professores. Houve uma forte rejeição aos preceitos que, anos antes, carregavam o prestígio do curso. No final da década de 1970, se dissolveu o triunvirato que apresentava o curso e ministrava a disciplina. Bertha Becker ficou como a única responsável, mas havia professores e pesquisadores convidados encarregados de trazer as últimas novidades. O programa da disciplina procurou agregar as preocupações sociais que tanto eram cobradas e, mais uma vez, David Harvey foi um autor central, ao fazer sua autocrítica em livros e artigos a partir do ano de 1973. A ruptura com as tradições da assim chamada *velha* Geografia Clássica também se impôs como tema fundamental e, com isso, foi mantida a discussão sobre a possível superação das dicotomias, geral/regional e físico/humana, assim como aquela que reflete sobre o estatuto do geral, do particular e do singular no conhecimento científico.

O fator mais desestabilizador do programa da disciplina era a falta de um eixo central que respondesse como uma teoria da geografia, tal qual era enunciado no nome da disciplina. A teoria geral dos sistemas e o neopositivismo lógico tinham perdido a autoridade e a teoria marxista encontrava algumas reticências e dificuldades para ser aplicada de forma satisfatória ao conjunto de problemas tratados pela Geografia. Desde então, o conteúdo e o desenvolvimento da disciplina passaram a ser um verdadeiro problema para o programa de pós-graduação. O consenso sobre sua importância não encontrava eco nas formas de organizá-la. A responsabilidade e o compromisso que essa disciplina trazia ao curso como um todo gerou insegurança e muita sensibilidade, tanto por parte dos professores como dos alunos.

No meio dos anos 1980, uma solução concebida foi compartilhar a responsabilidade entre todos os professores. A disciplina, após uma breve apresentação geral, seguia com a apresentação sequenciada dos grupos de pesquisa que compunham o Programa. Cada um deveria apresentar seus temas, seus desafios metodológicos e seus resultados. A ideia que animou esse tipo de organização era a de que apareceria, ao final, a variedade e riqueza do programa de pós-graduação como um somatório de todas as pesquisas realizadas em seu âmbito. As críticas não tardaram a aparecer. A falta de coordenação e de integração dos conteúdos e a incapacidade de se extrair dessas apresentações questões de interesse mais geral afetaram o sucesso da disciplina, severamente julgada como uma mal costurada “colcha de retalhos”. A insatisfação dos alunos era o sintoma mais agudo e o perigo era a perda da boa consideração do curso apesar de ele contar com grandes nomes.

Pouco tempo depois, já ao começo dos anos 1990, um interesse crescente pela história da Geografia se generalizava e procurava trazer alguma luz aos debates acalorados sobre a natureza e princípios dessa área do conhecimento. Esse novo interesse rapidamente se difundiu entre nós e uma necessidade de compreender os processos seguindo uma ótica cronológica passou a ser quase um imperativo. Na bibliografia internacional surgiram algumas importantes referências, P. Claval, R. Johnston, H. Capel, J. Gomez Mendoza. Outras reapareceram, como, por exemplo, os trabalhos de C. Glacken ou de

Hartshorne. Isso imediatamente repercutiu sobre a disciplina de Teoria da Geografia, que deveria então fazer da história do pensamento geográfico a base para suas discussões. Um efeito colateral um pouco nocivo dessa leitura foi a organização dos debates metodológicos como uma sucessão de abordagens organizadas em uma linha no tempo. Métodos e assuntos foram discriminados como conjuntos fechados em correntes do pensamento e seriam essas correntes que se sucederiam na evolução do pensamento geográfico. Nesse formato, o princípio organizador do conteúdo é muito esquemático e simplista, embora também muito sedutor e pedagogicamente fácil de ser justificado – *post hoc ergo propter hoc* (“depois disso, logo, causado por isso”).

Lembro-me bem de que esse era o quadro da disciplina Teoria da Geografia, quando em 1992 assumi pela primeira vez a responsabilidade de oferecê-la. A tarefa se mostrou árdua, não apenas pelo fato de que se tratava de um Programa de Pós-Graduação muito conceituado, com pesquisadores conhecidos em muitos ambientes acadêmicos, no Brasil e no exterior, mas também porque era o início de uma nova etapa com a implantação do doutorado. Recordo-me de ter recebido, como legado dos colegas que me precederam, pastas com textos organizados por escolas do pensamento. Esse material deveria ser oferecido aos alunos segundo esse formato, assim me foi recomendado.

Minha primeira preocupação como professor de Teoria da Geografia foi, no entanto, a de reorientar as discussões, separando o domínio da história disciplinar daquele que, eu acredito, compõe um programa de epistemologia da Geografia. Isso não quer dizer que a história não seja considerada. Quer dizer que a explicação dos rumos e orientações vividas pela Geografia não se resolve pela aplicação de uma lógica fundada na ordem cronológica. Esse foi um verdadeiro desafio. Os alunos estavam acostumados a pensar as questões sempre a partir de uma conexão que estabelecia uma causalidade fundada no par antecedente-consequente. Não entendiam muito bem, ou eu não conseguia explicar com clareza, que o grande apreço pela história não significava uma submissão à ordem explicativa cronológica.

Aos poucos também fui banindo o raciocínio que fazia apelo às correntes de pensamento e procurando impor uma análise fundada nos autores e em seus sistemas lógicos próprios. Não tratar obras e autores apenas como representantes de correntes ou escolas significa apreciar com cuidado e amplitude a riqueza das questões teórico-metodológicas variadas que aparecem em estudos sobre temas muito diversos. Muito cedo me apareceu como um fundamento dessa disciplina produzir discussões federadoras. Pouco importam os temas dos projetos que são trazidos pelos alunos. Eles precisam encontrar conexão em algum momento para que estejamos seguros de que frequentamos uma mesma área do conhecimento. A questão essencial de uma disciplina como essa é tentar reunir todos, por mais variados que sejam, sob um guarda-chuva que, com coerência e precisão, permita concebê-los como congregados e unificados sob o nome de Geografia. Então o que reúne a Geografia e sua imensa variedade de interesses? A cada ano, o desafio de produzir sentido para essa questão foi o estímulo fundamental que alimentou o curso.

Entre os geógrafos na época, havia a ideia – e ainda hoje ela resiste – de que a resposta a essa questão estaria na escolha de um objeto de estudo. Uma vez encontrado esse objeto, a Geografia alcançaria com facilidade a almejada identidade, superaria

os dualismos, demonstraria sua relevância e despertaria o respeito das outras áreas de conhecimento. A tal busca por um objeto de estudo unificador era, em parte, apenas retórica, pois aqueles que a anunciavam já dispunham de uma resposta pronta: o objeto é o espaço. As inúmeras insuficiências dessa resposta já foram apresentadas em outras publicações. Não voltaremos a discuti-las aqui, quero assinalar apenas que o exame crítico desses problemas foi o conteúdo dos cursos de Teoria da Geografia no PPGG/UFRJ, durante grande parte dos anos 1990. A pretensa solução, de apresentar a Geografia como uma espécie de *espaciologia*, tinha muita força e, a despeito da persistência dos principais problemas epistemológicos, esse recurso era fácil e permitia que, em aparência, tudo se resolvesse sem que nada de verdade mudasse.

Foi também nesse momento que no programa da disciplina foi introduzido o problema da dispersão como elemento essencial da discussão epistemológica em Geografia. A ancoragem básica dessa discussão foi buscada na filosofia. Com outras denominações e associado a outras preocupações, o fenômeno da dispersão encontra desenvolvimento desde os primórdios da filosofia clássica. Estas discussões sobre a dispersão trazidas pela filosofia foram aproximadas daquelas que, modernamente, a Geografia apresenta como questões relativas ao seu campo de estudo e que são desenvolvidas e aplicadas a variados assuntos que compõem o temário da disciplina. A disciplina de Teoria da Geografia passou então a incorporar a hipótese de que há uma qualidade específica nos fenômenos que diz respeito à forma como eles se apresentam no espaço, sua espacialidade. Essa qualidade é o que dá unidade ao campo de estudos da Geografia. Na filosofia clássica essas propriedades essenciais são conhecidas como *quididades*. Poderíamos, por isso, talvez chamá-la de *geograficidade*. Na discussão dessa hipótese, os alunos de Teoria da Geografia eram convidados a repensar seus problemas de pesquisa e a extrair deles, com clareza, a tal *geograficidade* contida nos projetos apresentados. No começo dos anos 2000, o exercício proposto aos alunos era, por isso, o de apresentar seus projetos no início do curso e refazer essa tarefa ao final para que ficasse evidente a transformação produzida pela incorporação clara do caráter geográfico nesses estudos.

A escolha de introduzir na disciplina um diálogo com a filosofia do conhecimento produziu também o efeito de ampliar o contexto das questões que pareciam antes particulares e próprias à Geografia. Ao relacionar os problemas epistemológicos da Geografia às discussões que atravessam todo o campo científico, fica mais fácil entender as bases mais gerais dos problemas e reconhecer a profundidade e amplitude que eles possuem. Fica também evidente perceber como a Geografia traduz esses debates sobre seus específicos temas. Partíamos assim de fora para reconhecer o que nos é próprio, ou seja, como a Geografia se une ao movimento geral das ciências, traduzindo grandes interrogações que atravessam todos os campos do conhecimento aos seus específicos problemas, aqueles que contêm a assim chamada *geograficidade*. Essa forma nos libera do recalque de achar que o problema está contido nas particularidades da Geografia e, ao mesmo tempo, nos libera da responsabilidade de encontrar de forma solitária as soluções. Outra importante consequência de ampliar os limites das discussões epistemológicas é que a questão da identidade da Geografia se recoloca dentro do diálogo permanente com os outros campos científicos. Aliás, só assim parece ser possível construir uma identidade, pela correlação com a alteridade. Tudo isso pode ser tomado quase como uma obviedade.

dade, mas a discussão epistemológica na Geografia sofria e ainda sofre da estreiteza pela qual os problemas desse campo são observados. Infelizmente, são ainda numerosos os colegas que, pela ignorância ou desconsideração dessa vasta matéria, continuam a veicular suas gratuitas opiniões constituídas de propósitos simplistas e equivocados que se chocam com a complexidade desse campo de conhecimento e são incompatíveis com uma discussão epistemológica digna desse nome. Assim, com o intuito de prover a formação de quadros mais conscientes da importância dessas discussões, o programa da disciplina de Teoria da Geografia passou a incluir os temas do estatuto do empirismo e suas formas predominantes nas ciências naturais e sociais: o papel da descrição e da observação; os limites e propriedades do raciocínio lógico; procedimentos nomotéticos e idiográficos; debates entre ciências da explicação e ciências da compreensão; legitimidade e justificação científica; coerência lógica, fática e empírica; a sociologia da ciência e o movimento das ideias científicas e a história das ciências, entre outros assuntos.

Depois de alguns anos, senti que a disciplina tinha ficado muito exigente em termos de conteúdo. Havia muita informação a ser adquirida para que as discussões avançassem de maneira ágil e suficiente em aula e que os alunos, de fato, se beneficiassem delas. O programa da disciplina, pelo acúmulo de temas e referências, foi ficando muito pesado, erudito e complexo. Sempre tive em mente que há uma diferença fundamental entre um curso que provê informação e aquele que pretende ser um curso de formação. O primeiro tipo pode se estruturar pelo simples acúmulo sistematizado de conteúdo. Ao segundo, no entanto, cabe a tarefa de produzir uma transformação nos alunos que permita, com autonomia, operar as informações. Os cursos que integram um programa de pós-graduação deveriam sempre ser desse segundo tipo, uma vez que se pretende, ao final, que os alunos estejam prontos a desenvolver, com maestria e independência, novas pesquisas naquela área.

Outro elemento que corroborou para impor significativas mudanças na disciplina de Teoria da Geografia foi a consciência de que os desafios pedagógicos que se postam à nossa frente hoje não são os mesmos que até bem pouco tempo dominavam. Lembro claramente como nos meus tempos de estudante havia a explícita cobrança de ter lido determinadas obras, de conhecer certos conceitos, de demonstrar que conhecíamos muita coisa, que já tínhamos ouvido falar de tudo que nossos cultos interlocutores propunham. Lembro-me da ansiedade durante meu doutorado para dominar um mundo de informações que pareciam fazer parte da vida dos meus colegas franceses e sobre os quais eu não dispunha de nenhum conhecimento. Lembro como eu supria minhas deficiências frequentando as bibliotecas parisienses e como era difícil enfrentar longas filas e encontrar um lugar livre e, depois, demandar as obras e esperar muito tempo por elas. Tudo isso se somava à inicial burocracia necessária para obter o acesso a essas bibliotecas, que não eram abertas a todos. Uma das grandes dificuldades consistia, portanto, em obter as informações, ter acesso a elas (importar livros, revistas científicas pouco divulgadas, dificuldades com a tradução de autores, obras esgotadas, o preço dos livros etc.). Nada disso tem agora a mesma importância. Os portais acadêmicos, as variadas bases de dados, as bibliotecas digitais, os motores de busca online, todas essas ferramentas de uso generalizado têm mudado nossa relação com a informação. Em muito pouco tempo o acesso aos dados deixou de ser um problema importante. Ao

contrário, o volume gigantesco e a acessibilidade deles é o que se apresenta agora como o grande desafio para os pesquisadores. É preciso dominar inéditas ferramentas, muitas vezes é necessário quase inventá-las para conseguir tratar o imenso conjunto de informações disponíveis. Nesses novos tempos, a mineração, o tratamento da informação, as técnicas de sistematização e correlação são operações que se impõem como corriqueiras na produção de conhecimento. Mais do que isso, é preciso investir nos procedimentos analíticos, é preciso formar pessoas capazes de interpretar e refletir sobre esses dados. Acredito que essa é a missão fundamental de um programa de pós-graduação. Por isso tudo, um grande rearranjo foi produzido no conteúdo programático de Teoria da Geografia a partir do ano de 2006. O eixo fundamental foi composto pela discussão da natureza da Geografia e de suas propriedades. Quais são as ferramentas essenciais de uma análise geográfica? Ora, os conceitos são esses elementos que nos convidam a olhar os fenômenos segundo determinados ângulos e recortes. São eles os principais operadores da análise e responsáveis pelos rumos dados à reflexão. Precisam, por isso, ser bem escolhidos, bem debatidos e apropriados para as ações que executam. Uma discussão conceitual é, assim, o ingrediente básico da produção da ciência, condição *sine qua non* para o reconhecimento de um trabalho científico. Busquei então organizar a disciplina de Teoria da Geografia a partir da identificação e discussão dos conceitos utilizados nos projetos apresentados pelos alunos para o ingresso no PPGG/UFRJ. A dinâmica das aulas se mostrou muito produtiva, com situações em que o diálogo conceitual aparecia a despeito dos temas bastante diversos. Muitas vezes, a discussão conceitual demonstrava o interesse do diálogo, inclusive entre projetos oriundos das duas áreas de concentração, comumente concebidas como mutuamente exclusivas. A aula demandava um enorme esforço de organização do conteúdo e mobilizava raciocínios e rumos que eram imprevisíveis para todos. Esse, aliás, era para mim o aspecto mais motivador. Nunca sabia ao certo para onde se dirigiria a discussão. É verdade que havia um balizador fundamental, explicado nos primeiros dias de aula, sobre a natureza de um saber geográfico consistir na apresentação da ordem espacial do mundo. Isso continha os limites da discussão e funcionava como uma âncora para as frequentes divagações.

Preciso ser honesto, uma parcela dos alunos não se voluntariava ao exercício com facilidade. Havia aqueles que tratavam a discussão como se a escolha dos conceitos fosse apenas um exercício formal, sem importância. A discussão muitas vezes era pobre, ficava presa à seleção de um autor e o trabalho acadêmico parecia consistir na aplicação quase mecânica a um caso empírico daquilo que já estava assentado. A escolha do caso não pretendia discutir as condições de validade do que estava estabelecido, não havia a previsão de nenhuma discussão conceitual, a proposição era meramente aditiva, mais um caso para aquilo que já se sabia.

Tentei criar uma dinâmica que pudesse eliminar esse conformismo. Cada um deveria identificar na bibliografia seus interlocutores, seus apoios e seus opositores, enfim com quem estariam discutindo e quais as aceções concorrentes. A dificuldade de alguns alunos de empreenderem esse exercício, em numerosas vezes, se devia ao vício original de um projeto de pesquisa que não continha perguntas claras. Às vezes, o projeto consistia apenas no teste de um modelo; outras vezes, tratava-se da aplicação de uma técnica particular; ou, de forma mais corrente, o projeto fazia parte de uma linha de pesquisa que

o próprio aluno desconhecia as bases. Comecei a ter muitos problemas com a discussão dos projetos que, em meu julgamento, não eram propriamente de pesquisa. Tive problemas, sobretudo, com esses alunos que se comportavam como burocratas, cumpridores de tarefas e sem interesse pela discussão e sem nenhuma vocação epistemológica. O potencial dessas discussões para criar zonas de sensibilidade, tanto para alguns alunos como para seus orientadores, me fez rever completamente a organização da disciplina de Teoria da Geografia.

Nessa reorientação, busquei um recurso pelo qual todos se sentissem interpelados e pudessem participar das discussões. Pensei em estimular o diálogo entre os alunos a partir de um tema central que, ao mesmo tempo, fosse geral e que tivesse repercussão sobre os projetos de pesquisa individuais. O desafio na organização da disciplina foi então o de encontrar um campo comum nas interrogações trazidas pelos projetos. O que reúne preocupações tão diversas em um mesmo campo senão a maneira e o formato das questões que endereçamos a esses temas e assuntos tão diferentes? Então é essa questão: o que organiza o conteúdo e lhe dá unidade. É esse campo de interrogações comuns que orienta a metodologia dos trabalhos e cumpre a tarefa de responder pela “geograficidade” da pesquisa. Pouco importa quão variável sejam os temas, a unidade está na forma de construir as questões que dirigimos a eles. O segredo desse campo de questões é conhecido, ele indaga sobre as razões da localização das coisas, pergunta o porquê da ordem espacial dos fenômenos. Não há por isso uma geografia física e uma geografia humana. Há um campo de questões comuns que se interessa ora por fenômenos naturais, ora sociais e pode inclusive se interessar pela interface entre eles. Nada disso compromete a unidade da Geografia, construída pelo tipo de curiosidade que ela cultiva sobre a coerência dos padrões de dispersão dos fenômenos. Deriva da pergunta o compromisso com uma análise espacial para poder respondê-la. Chamei esse conjunto de *razão geográfica* e a disciplina de Teoria da Geografia foi, durante alguns anos, estruturada para apresentar e discutir a natureza e a metodologia que tem a obrigação de proceder a uma análise espacial.

A partir do ano de 2015, novamente a disciplina foi reorganizada. Minhas reflexões sobre a epistemologia da Geografia me conduziram à conclusão de que o campo do saber geográfico se define mais do que somente pelo tipo de questões que endereçamos aos fenômenos. A Geografia é uma forma de pensar. Em outras palavras, ela se estende para muito além do campo que tradicionalmente é atribuído a esse domínio. A Geografia existe sempre que analisamos coisas a partir do lugar onde elas estão. Há um raciocínio geográfico em todas as oportunidades em que aplicamos correlações espaciais para buscar a lógica da dinâmica dos problemas. Isso pode ocorrer nas ciências médicas, nas ciências físicas e naturais, nas sociais e, no limite, até nas ciências matemáticas. Por isso, uma disciplina que discute a epistemologia da geografia precisaria então demonstrar a existência desse raciocínio geográfico, discutir suas propriedades, sua aplicação e, depois, se possível exercitá-lo. Essa sequência caracterizou a disciplina de Teoria da Geografia no PPGG-UFRJ entre os anos de 2015-2020.

Nos dois últimos anos, tenho tido a alegria de dividir as aulas dessa disciplina com meu colega Marcos Paulo Ferreira de Gois. Deixei em grande parte para ele a iniciativa de construir o programa da disciplina e prever seu desenvolvimento. Acompanho

o conjunto das aulas e dirijo algumas sobre temas diversos que organizam a linha de reflexão do curso. Fiquei contente de ter passado essa pesada responsabilidade que me ocupou durante 25 anos. Mais contente ainda por constatar que o compromisso inicial da disciplina com uma discussão epistemológica foi mantido. Pouco importa como isso se construirá. Como tentei demonstrar, nossas preocupações mudam, novos elementos vem se associar, novos formatos nos desafiam, mas o importante é manter esse espaço de discussão mais geral sobre o alcance e a relevância do raciocínio geográfico.

Alguns alunos, oriundos de outros programas de Pós-Graduação, ao ingressarem no PPGG-UFRJ, demandam a equivalência da disciplina Teoria da Geografia, que, com esse mesmo nome ou variantes dele (Introdução à Geografia, Epistemologia da Geografia, O Pensamento Geográfico etc.), é oferecida em suas instituições de origem. No processo para a equivalência devem constar a ementa, o programa e a bibliografia da disciplina cursada. Nunca indeferi nenhum desses pedidos, mas constato com grande tristeza a ausência quase unânime nos conteúdos programáticos desses cursos de uma autêntica discussão epistemológica. Confusão entre história do pensamento e epistemologia, sucessão tediosa de correntes e escolas, esquemática e caricata apresentação de orientações metodológicas, adoção exclusiva de uma abordagem e de seus princípios como guia para a pesquisa em Geografia são, entre outros, os problemas mais recorrentes.

Conservo a vaidade de ter me dedicado ao tema da epistemologia desde sempre e, por isso, ter escolhido essa disciplina de Teoria da Geografia como principal exercício do meu magistério na Universidade, na Graduação, para licenciados e bacharéis, e na Pós-Graduação, para Mestrandos e Doutorandos. Esses cursos não me foram impostos, ao contrário, vieram a mim por uma prazerosa e privilegiada escolha.

Era por puro prazer que os cursos mudavam continuamente. Nesse longo percurso não me lembro de nenhuma oportunidade em que eu tenha repetido exatamente a mesma aula. Cada uma foi única. Nunca fiz planos de aula fechados, as discussões aparecem nos casos e exemplos que surgem ao sabor das oportunidades e dos interesses dos alunos. Sempre acreditei que aulas não são conferências, fechadas e minutadas. Aulas que se repetem são tediosas. É preciso deixar espaços para o imprevisível, para ouvir e pensar em conjunto. Por isso, é preciso sempre mudar. Às vezes, era um novo tema que aparecia e outros se eclipsavam; outras vezes, eram as referências bibliográficas que mudavam; outras tantas vezes, a discussão derivava para rumos inteiramente inesperados. Se eu soubesse exatamente como a dinâmica da aula iria funcionar, não teria vontade de executá-la. A abertura para as discussões que variavam segundo os interesses do momento e a sensibilidade dos alunos sempre foi para mim a maior fonte de encanto do magistério. Não saber exatamente como aquela apresentação vai caminhar, que rumos tomará, que argumentos terei que mobilizar, que questões surgirão, o desafio de aos poucos e sem um planejamento prévio organizar a discussão, tudo isso junto constrói a fascinação de uma aula. Foi fazendo esse exercício que eu me constituí como professor. Por vocação e talvez por diletantismo, nunca fiz apelo às soluções fáceis de seguir uma obra básica como plano de curso, nem mesmo me permiti utilizar as minhas experiências, meus livros e questões das minhas pesquisas como material das aulas.

Certamente esse relato está repleto de lacunas. A memória tem isso de particular, ela seleciona, reorganiza e estabelece uma ordem para os eventos que lhe é própria. Cabe

aos que se interessarem por ela interpretar o sentido daquilo que foi lembrado e do que foi esquecido. Que não lhes escape, no entanto, que qualquer que seja o novo relato trazido, ele será sempre apenas a apresentação e cotejamento de uma outra memória.

Além das lacunas, há também as imprecisões e os pequenos enganos que o simples exercício de rememorar, sem o recurso a documentações mais precisas, nos conduz a cometer. Peço, antecipadamente que o leitor seja indulgente comigo e que leve em consideração o objetivo mais global dessa contribuição, uma reflexão sobre os rumos pedagógicos do curso de Teoria da Geografia dentro do PPGG-UFRJ.

Deixo esse testemunho registrado aqui, esperando que sirva para reconstituir as intenções, os desafios e o prazer que preencheram esses anos ministrando essa disciplina. Quem sabe servirá esse registro a outros que, movidos pela mesma paixão, se interessarão por essa grande aventura da discussão epistemológica em Geografia. Assim espero.

Recebido em: 08/07/2022.

Aceito em: 29/07/2021

Nota

¹ O curso de Mestrado da UNESP de Rio Claro, outro centro muito importante de difusão da “Nova Geografia”, só começou a receber alunos em 1977.